CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA

CAREPLUS
É MAIS SAÚDE PARA SUA EMPRESA.

CNPJ Nº 02.725.347/0001-27

20 ANOS CAREPLUS

ANS - nº 37.995-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. submete à apreciação, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Nós reconhecemos que as informações contidas neste relatório é um procedimento importante para formar uma opinião em todos os aspectos relevantes, a nossa posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012.

Destinação do lucro

a) Demos cumprimento ao estabelecido no Contrato Social com relação à destinação do lucro, bem como, somos responsáveis em remeter e obter as aprovações referentes às retenções de lucros e do orçamento de capital.

b) Somos responsáveis pelas premissas utilizadas na elaboração do orçamento de capital, bem como pelo cumprimento deste orçamento.

c) Em 2012, mantivemos como política de destinação do lucro a retenção do mesmo, para constituição de nossa Margem de Solvência.

Riscos e incertezas

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, apuramos e registramos diversas estimativas contábeis, as quais foram computadas com base em dados consistentes, tendo sido divulgados nas demonstrações financeiras os riscos e incertezas inerentes a este processo.

Não há riscos e incertezas relacionadas ao uso de estimativas contábeis e nem vulnerabilidades ocasionadas por concentrações relevantes que não tenham sido divulgadas.

Negócios Sociais

Em 2012 o mercado segurador, do ramo de saúde, viveu um momento atípico que gerou grande utilização dos planos de saúde, levando a um aumento na sinistralidade que ficou acima das expectativas, contribuindo para diminuição nos indicadores de desempenho das sociedades operadoras de plano de saúde. Essa atipicidade também envolveu a Care Plus, contribuindo para um resultado de exercício menor que o esperado que, embora abaixo das expectativas, manteve de forma positiva o desempenho da sociedade.

Reorganização societária

Não houve ao longo do exercício de 2012 e não está sendo ponderada nenhuma reorganização societária e alterações de controle direto e indireto da entidade.

Perspectivas e planos da administração para exercícios seguintes

Para os exercícios seguintes e para poder enfrentar eventuais, novos momentos atípicos do mercado de seguro saúde, a Care Plus esta reformulando medidas de analise e controle em relação às despesas com utilização do plano de saúde, sem afetar sua principal característica, que é o atendimento de excelência. Esta também revendo medidas, de maior controle em relação às despesas administrativas com o intuito de manter seu equilíbrio econômico, independentemente de ações sazonais de mercado.

Principais investimentos realizados

Em 2012 ocorreram investimentos em tecnologia com o objetivo de melhorar nossa performance e atendimento aos nossos associados, com recursos provenientes de nossas reservas financeiras.

Acordo dos acionistas

Para 2012 os acionistas resolveram não efetuar nenhuma retirada de lucros, mantendo o objetivo de compor os valores necessários à efetivação da Margem de Solvência.

Capacidade financeira

A entidade possui capacidade financeira em disponíveis que configuram valores superiores aos necessários para manter sua operação de forma saudável, as quais são classificadas como recebíveis e disponíveis em aplicações financeiras que compreendem, principalmente, aplicações em fundos de investimentos, classificados como conservadores.

Emissão de debêntures

Não houve emissão de debêntures no ano de 2012.

Investimentos em sociedades coligadas e controladas

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. não possui sociedades coligadas e controladas.

Barueri, 28 de março de 2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	2012	2011 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante		47.488	36.449
Disponível		112	693
Relizável		47.376	35.756
Aplicações financeiras	4	42.588	31.926
Créditos das operações com planos de assistência à saúde		4.788	3.830
Contraprestação pecuniária a receber	5	55	38
Títulos e créditos de operações com plano de assistência à saúde	6	3.729	2.561
Títulos e créditos a receber		1.004	1.231
Ativo não circulante		11.076	11.292
Realizável a longo prazo		344	335
Valores e bens		344	335
Imobilizado	7	10.732	10.957
Bens móveis – não hospitalares		2.463	2.688
Imóveis		8.269	8.269
Total do ativo		58.564	47.741

	Notas	2012	2011 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo circulante		37.955	32.574
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		13.357	10.022
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	9c	13.236	9.919
Provisão de benefícios concedidos		121	103
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	9	8.304	7.848
Débitos de operações de assistência à saúde		251	143
Comercialização sobre operações		251	143
Contas a pagar		16.043	14.561
Obrigações com pessoal		1.787	1.506
Tributos e contribuições a recolher	11	2.744	448
Empréstimos e financiamentos	12	109	359
Fornecedores	13	832	2.052
Provisões		81	145
Contas a pagar		-	406
Prêmios e emolumentos recebidos	8	10.490	9.645
Passivo não circulante		637	533
Provisão de benefícios concedidos		26	35
Provisões			
Provisões para tributos diferidos		79	79
Provisões para demandas judiciais	10	532	419
Patrimônio líquido	14	19.972	14.634
Capital social		6.000	6.000
Reservas de lucros		13.552	8.214
Ajustes de avaliação patrimonial		420	420
Total do passivo		58.564	47.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010		6.000	7.143	381	-	13.524
Variação no valor justo dos ativos financeiros						
Disponíveis para venda		-	-	39	-	39
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.386	3.386
Distribuição do resultado:						
Distribuição mínima assegurada	14c	-	-	-	(1.210)	(1.210)
Distribuição complementar	14c	-	-	-	(1.050)	(1.050)
Retenção de juros sobre o capital próprio	14c	-	305	-	-	305
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(360)	(360)
Reserva de lucros		-	766	-	(766)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)		6.000	8.214	420	-	14.634
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.683	6.683
Distribuição do resultado:						
Distribuição mínima assegurada	14c	-	-	-	(1.236)	(1.236)
Distribuição complementar	14c	-	-	-	(109)	(109)
Retenção de juros sobre o capital próprio	14c	-	345	-	-	345
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(345)	(345)
Reserva de lucros		-	4.993	-	(4.993)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		6.000	13.552	420	-	19.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	2012	2011 (Reapresentado)
Contraprestações efetivas de operações com plano de assistência à saúde		256.655	204.749
Contraprestações	15a	260.283	207.708
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	15b	(3.628)	(2.959)
Eventos / sinistros indenizáveis líquidos		(200.887)	(156.710)
Eventos indenizáveis		(211.990)	(163.213)
Recuperação de eventos / sinistros indenizáveis, conhecidos ou avisados		11.103	6.503
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		55.768	48.039
Despesas comerciais	15c	(22.844)	(18.090)
Despesas administrativas	15e	(27.174)	(27.568)
Outras receitas e despesas operacionais	15d	1.287	(494)
Outras receitas operacionais		1.452	1.869
Provisão para perdas sobre créditos		(63)	(2.233)
Outras		(102)	(130)
Resultado operacional		7.037	1.887
Resultado financeiro líquido		2.671	2.928
Receitas financeiras	15f	3.153	3.799
Despesas financeiras	15g	(482)	(871)
Resultado antes dos impostos e participações		9.708	4.815
Imposto de renda	17	(2.472)	(1.308)
Contribuição social	17	(898)	(481)
Resultado líquido antes da reversão dos juros sobre o capital próprio		6.338	3.026
Reversão dos juros sobre o capital próprio			
Registrado em despesas financeiras	14c	345	360
Resultado líquido do exercício		6.683	3.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 - *(Em milhares de reais)*

	2012	2011 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	6.683	3.386
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	59
Imposto de renda e contribuição social	-	(20)
	-	39
Resultados abrangentes total	6.683	3.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2012	2011
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	260.643	207.686
(+) Outros recebimentos operacionais	772	6.186
(–) Pagamentos a fornecedores / prestadores de serviços de saúde	(196.201)	(154.571)
(–) Pagamento de comissões	(23.042)	(19.283)
(–) Pagamento de pessoal	(20.319)	(17.454)
(–) Pagamento de pró-labore	(134)	(551)
(–) Pagamento de serviços de terceiros	(5.695)	(6.684)
(–) Pagamento de tributos	(5.606)	(5.512)
(–) Pagamento de contingências (cíveis / trabalhistas / tributárias)	(30)	(33)
(–) Pagamento de aluguel	(177)	(903)
(–) Outros pagamentos operacionais	(762)	(4.364)
Caixa líquido das atividades operacionais	9.449	4.516
Atividades de investimento		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado – outros	123	205
(–) Pagamento referente aquisição de imóvel	-	(7.404)
(–) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(90)	(1.071)
Caixa líquido das atividades de investimento	33	(8.270)
Atividades de financiamento		
(+) Resgate de aplicações financeiras	138.708	118.232
(+) Outros recebimentos de atividades de financiamento	77	106
(–) Participação nos resultados – distribuição de dividendo	(1.133)	(2.260)
(–) Aplicações financeiras	(147.715)	(112.180)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(10.063)	3.898
Variação líquida de caixa	(581)	144
Caixa – Saldo inicial	693	549
Caixa – Saldo final	112	693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 - *(Em milhares de reais)*

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. (doravante designada por "Operadora"), foi fundada em 1998 e constituída sob a forma de sociedade limitada. A Operadora, cuja sede está situada na Avenida Sagitário, nº 138 - em Alphaville, São Paulo, atua como operadora de planos médicos coletivos com cobertura de risco, sem serviços próprios, operando exclusivamente através de rede credenciada ou contratada.

A Operadora é controlada direta da Service Care Participações e Negócios S.A., que detém 75% do seu capital. O restante é detido pelo seu acionista, pessoa física, Roberto Laganá Pinto (também acionista da Service Care).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2013.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos pelas Instruções Normativas nº 46, de 25 de fevereiro de 2011, e nº 37, de 22 de dezembro de 2009, que não considera a aplicação do CPC-11 ("Contrato de Seguros") e, portanto, não foram elaboradas integralmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foi elaborada pelo método direto, conforme determinações contidas na Instrução Normativa nº 46.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 2011

A Operadora possui créditos vencidos no montante de R$ 2.098, os quais vêm sendo objeto de discussão judicial desde 2011. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração não havia registrado provisão para perdas destes créditos vencidos; como consequência, o relatório dos outros Auditores Independentes conteve ressalva sobre este assunto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração reavaliou sua posição e decidiu registrar a provisão para perdas no montante de R$ 2.098.

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foram ajustadas como segue:

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Saldo originalmente apresentado	16.019	4.771
Efeito de exercício anterior – reconhecimento bruto da provisão para perdas	(2.098)	(2.098)
Imposto de renda e contribuição correntes	713	713
Saldo reapresentado	14.634	3.386

Em 31 de dezembro de 2011	Saldo originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo			
Ativo circulante	38.547	(2.098)	36.449
Disponível	693	-	693
Relizável	37.854	(2.098)	35.756
Aplicações financeiras	31.926	-	31.926
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	5.928	(2.098)	3.830
Contraprestação pecuniária a receber	38	-	38
Títulos e créditos de operações com plano de assistência à saúde	4.659	(2.098)	2.561
Títulos e créditos a receber	1.231	-	1.231
Ativo não circulante	11.292	-	11.292
Realizável a longo prazo	335	-	335
Valores e bens	335	-	335
Imobilizado	10.957	-	10.957
Bens móveis – não hospitalares	2.688	-	2.688
Imóveis	8.269	-	8.269
Total do ativo	49.839	(2.098)	47.741

Em 31 de dezembro de 2011	Saldo originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
Passivo			
Passivo circulante	33.287	(713)	32.574
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10.115	(93)	10.022
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	9.919	-	9.919
Provisão de benefícios concedidos	103	-	103
Eventos a liquidar de operações de Assistência à saúde	7.848	-	7.848
Débitos de operações de assistência à saúde	143	-	143
Comercialização sobre operações	143	-	143
Contas a pagar	15.274	(713)	14.561
Obrigações com pessoal	1.506	-	1.506
Tributos e contribuições a recolher	1.161	(703)	448
Empréstimos e financiamentos	359	-	359
Fornecedores	2.052	-	2.052
Provisões	145	-	145
Contas a pagar	406	-	406
Prêmios e emolumentos recebidos	9.645	-	9.645
Passivo não circulante	533	-	533
Provisão de benefícios concedidos	35	-	35
Provisões			
Provisões para tributos diferidos	79	-	79
Provisões para demandas judiciais	419	-	419
Patrimônio líquido	16.019	(1.385)	14.634
Capital social	6.000	-	6.000
Reservas de lucros	9.599	(1.385)	8.214
Ajustes de avaliação patrimonial	420	-	420
Total do passivo	49.839	(2.098)	47.741

Em 31 de dezembro de 2011	Saldo originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
Demonstração do resultado			
Contraprestações efetivas de operações com plano de assistência à saúde	204.749	-	204.749
Contraprestações	207.708	-	207.708
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(2.959)	-	(2.959)
Eventos / sinistros indenizáveis líquidos	(156.710)	-	(156.710)
Eventos indenizáveis	(163.213)	-	(163.213)
Recuperação de eventos / sinistros indenizáveis, conhecidos ou avisados	6.503	-	6.503
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	48.039	-	48.039
Despesas comerciais	(18.090)	-	(18.090)
Despesas administrativas	(27.568)	-	(27.568)
Outras receitas e despesas operacionais	1.604	-	1.604
Outras receitas operacionais	1.869	-	1.869
Provisão para perdas sobre créditos	(135)	(2.098)	(2.233)
Outras	(130)	-	(130)
Resultado operacional	3.985	-	3.985
Resultado financeiro líquido	2.928	-	2.928
Receitas financeiras	3.799	-	3.799
Despesas financeiras	(871)	-	(871)
Resultado antes dos impostos e participações	6.913	(2.098)	4.815
Imposto de renda	(1.833)	525	(1.308)
Contribuição social	(669)	188	(481)
Resultado líquido antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.411	(1.385)	3.026
Reversão dos juros sobre o capital próprio			
Registrado em despesas financeiras	360	-	360
Resultado líquido do exercício	4.771	(1.385)	3.386

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Operadora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela ANS.

Em 27 de fevereiro de 2012, a ANS emitiu a Resolução Normativa ("RN") nº 290, que regulamentou a aplicação de todos os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nos anos de 2008 e 2009, com exceção do CPC 11 - "Contratos de Seguro", CPC 29 – "Ativo Biológico e Produto Agrícola", CPC 34 – "Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – "Demonstrações Separadas" e o CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

A preparação de demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Operadora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais estão divulgadas nas Notas 2(i) e 2(ii).

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Operadora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda".

Estimativas e julgamentos

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Operadora requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões técnicas de operações de assistência à saúde, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

A. Provisões técnicas

As provisões técnicas constituídas refletem a perspectiva de desembolsos futuros incertos quanto à ocorrência e valor e têm como base os critérios e métodos descritos em notas técnicas aprovadas pela ANS.

Provisão de benefícios concedidos – É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão, cujo valor é determinado com base em cálculos atuariais, observando aos dispostos nas Resoluções Normativas nºs 75, de 10 de maio de 2004 e 104, de 20 de junho de 2005 da ANS.

Provisão de eventos a liquidar - É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperação, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até à data das demonstrações financeiras individuais.

SUS - Conforme as determinações contidas no Ofício-Circular nº 03/2010/DIRAD/DIOPE/ANS, os pedidos de ressarcimento de despesas pelo Sistema Único de Saúde - SUS, caracterizados como assistência social, devem ser reconhecidos de acordo com a IN/DIOPE nº 32, de 11 de setembro de 2009, e contabilizados na rubrica "Outras provisões técnicas" em contrapartida ao resultado do exercício "Despesas Operacionais".

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora, sendo calculada com base em métodos atuariais que levam em consideração a experiência passada, utilizando-se de triângulos de "*run-off*" para o período de 12 meses.

B. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças das faturas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Operadora adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Uma provisão para perdas sobre crédito sobre as contraprestações é constituída por valor equivalente ao montante das parcelas vencidas há mais de 90 dias, a qual representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas diante do baixo índice de inadimplência de contas a receber.

Perdas históricas e condições econômicas atuais podem não ser necessariamente um indicativo de perdas futuras, e o impacto de condições econômicas em cada um de seus clientes é difícil de ser estimado. As quantias incobráveis futuras não refletidas nas estimativas atuais, alterarão a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de registro na demonstração do resultado.

C. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Operadora está sujeita no curso normal dos seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária, civil e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Operadora, poderemos ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

D. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. A Operadora não possui ativos contingentes registrados.

(b) Passivos contingentes - são formalizados quando a Operadora tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Adicionalmente, quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo, uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

E. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, riscos de liquidez, riscos de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

F. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistentes nos exercícios apresentados.

A. Ambiente regulatório

Compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS"), inclusive políticas de comercialização e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Nesse contexto, OPS classificadas nas categorias de administradora, cooperativa médica, cooperativa odontológica, filantropia, medicina de grupo e odontologia de grupo, estão sujeitas às exigências regulatórias da ANS.

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de operadora de planos médicos coletivos com cobertura de risco, encontra-se autorizada para funcionamento desde 20 de julho de 2007.

B. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerários em caixa ou disponíveis em conta corrente da rede bancária e investimentos financeiros em moeda nacional, cujo vencimento original é igual ou inferior a 3 meses a contar da data de aquisição, e que apresentem risco insignificante de mudança do valor justo que são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. As totalidades dos montantes que atendem cumulativamente os critérios de caixa e equivalente de caixa estão registradas na rubrica "Caixa e bancos" e referem-se a saldos de contas correntes mantidas em instituições financeiras.

C. Instrumentos financeiros

1. Classificação

A Operadora classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Compreendem, principalmente, títulos e valores mobiliários, créditos das operações com assistência à saúde, contas a pagar e os débitos de operações com assistência à saúde.

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados conforme seguem:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante, independente dos seus prazos de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido" no período em que ocorrem.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos não derivativos, e que não tenham sido classificados como ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Operadora avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes, pelo seu valor líquido de efeitos tributários.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, as contraprestações a receber que são registradas no grupo "Créditos das operações com planos de assistência à saúde".

2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Operadora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo ou custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

d. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são contratados na modalidade de preço "pré-estabelecido" e são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações líquidas", sendo reconhecidos quando da emissão das faturas de cobrança, observando o período de cobertura contratual que se finda dentro dos próprios meses.

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, o valor correspondente é registrado como faturamento antecipado, no passivo, onde permanecerá até o início do período de cobertura, ocasião em que serão apropriadas.

e. Imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição e são compostos, substancialmente, por móveis e utensílios, equipamentos de informática, veículos e imóvel de uso próprio, sendo que a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas divulgadas na Nota nº 7.

Para fins contábeis, a Operadora estabelece a distinção entre os contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil líquido e são incluídos no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

A Operadora optou por não avaliar os itens do ativo imobilizado ao valor justo na data de transição, considerando que: (i) o método do custo deduzido da provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Operadora; (ii) a Operadora possui controles eficazes sobre os bens do imobilizado que possibilitam a indicação de estimativa de vida útil dos bens; (iii) as taxas de depreciação utilizadas representam, adequadamente, a vida útil dos bens, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do valor justo; (iv) a ANS não aprovou especificamente a utilização do conceito do custo atribuído.

f. Arrendamento financeiro

Os arrendamentos em cujos termos a Operadora assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto.

As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

g. Outros passivos circulantes e não circulantes

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Outros passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até à data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões são reconhecidas quando a Operadora tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Benefícios a empregados

O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. Não há planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-emprego.

A Operadora mantém diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, assistência dental, seguro de vida em grupo e participação nos lucros.

O plano de assistência médica e dental é oferecido a todos os seus funcionários, com benefícios definidos em cláusulas contratuais sem ônus.

O seguro de vida também é oferecido a todos os funcionários, sem qualquer ônus, a partir da data de admissão na Operadora.

A Operadora tem planos de distribuição de lucros para empregados, nos termos de acordos coletivos de trabalho celebrados. O valor pago a cada empregado pode variar de 0% a 30% do salário, dependendo da performance do empregado nas avaliações individuais de desempenho.

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício e aprovação das demonstrações financeiras pelos sócios, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Operadora.

i. Tributos sobre a prestação de serviços

A Operadora está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) — 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) — 3%; e
- Impostos sobre Serviços (ISS) – 2%.

j. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%, aplicada sobre a base de cálculo definida pela legislação em vigor.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

k. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas contabilmente em regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos planos médicos com cobertura de risco.

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.

O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro, a classificação e composição das aplicações estão detalhadas abaixo:

	2012 Valor Contábil	2012 Valor Justo	2011 Valor Contábil	2011 Valor Justo	2012 Vencimentos Indeterminado
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado					
Fundo abertos de renda fixa (a)	41.941	41.941	30.339	30.339	41.941
Ativos mantido até o vencimento					
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	550	550	-
Certificado de Depósitos Bancários – CDB	-	-	390	390	-
Ações	647	647	647	149	647
Total	42.588	42.588	31.926	31.428	42.588

(a) Do montante total, o valor de R$12.520 (R$10.398 em 2011) refere-se a fundos garantidores que dependem da autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS para serem movimentados.

Abertura dos fundos de investimentos:

	2012	2011
Itaú - Large Corp DI referenciado	16.344	7.140
Itaú - UBB Empresas DI FICF	-	363
HSBC FI RF ANS	7.254	5.470
SANTANDER FI ANS RF	5.266	4.928
BNPP - Targus DI FIC Referenciado	6.650	8.957
BNPP Credit FI RF CP LP	2.516	2.341
BANCO JP Morgan S.A.	3.911	1.140
Total	41.941	30.339

Abertura dos certificados de depósitos bancários e depósitos a prazo com garantia especial por instituição financeira:

Emissores	2012	2011
Banco Schahin	-	390
Banco Sofisa	-	550
	-	940

Garantia das provisões técnicas

As provisões técnicas estão assim constituídas:

	2012	2011
Provisão de eventos / sinistros a liquidar	8.222	7.848
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	4.694	2.432
Total provisões técnicas	12.916	10.280
Quotas de fundos de investimento	12.519	10.398
Imóveis (a)	915	915
Total ativos garantidores	13.434	11.313
Suficiência	518	1.033

(a) Refere-se a três imóveis vinculados.

As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da Resolução Normativa – RN nº 159 de 3 de julho de 2007 e alterações posteriores, que dispõe sobre a aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras. É opcional a vinculação de ativos garantidores para a parcela de Provisão de eventos/sinistros a liquidar, referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios dispostos na RN nº 227 de 19 de agosto de 2010 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Operadora possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos da RN nº 227/10.

A seguir apresenta-se a movimentação das aplicações:

2012 Descrição	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	IRRF	Saldo final
Aplicações	31.926	147.716	(139.300)	2.772	(526)	42.588

2011 Descrição	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	IRRF	Saldo final
Aplicações	35.034	112.180	(118.232)	3.564	(620)	31.926

Determinação do valor justo

As quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota, informado pelos Administradores dos fundos na data de levantamento das demonstrações financeiras. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Os certificados de depósitos bancários ("Compromissados"), são registrados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos incorridos vinculados à variação do DI. A instituição emissora assume o compromisso de recompra a qualquer momento, pelo valor de "curva".

Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos, que correspondem ao seu valor justo em função das características e garantias envolvidas nesta aplicação.

O valor justo das ações é apurado com base na cotação das ações, na data de fechamento, divulgada pela BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

- Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.
- Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia para precificação do ativo, com base em dados de mercado e quando esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: Ativo que não seja precificado com base em dados observáveis no mercado, sendo necessária a utilização de premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

Os títulos e valores mobiliários na categoria valor justo por meio do resultado enquadram-se no nível 2 da hierarquia do valor justo, segundo suas características de valorização e ações do mercado aberto enquadram-se no nível 1 da hierarquia.

	2012 Nível 1	2012 Nível 2	2012 Total	2011 Nível 1	2011 Nível 2	2011 Total
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundo abertos de renda fixa	-	41.941	41.941	-	30.339	30.339
Ativos mantido até o vencimento						
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	-	-	550	550
Certificado de depósitos Bancários – CDB	-	-	-	-	390	390
Ações	647	-	647	647	-	647
Total	647	41.941	42.588	647	31.279	31.926

5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

Em 31 de dezembro, a composição dos prêmios a receber está assim demonstrada:

	2012	2011
Contraprestações vencidas		
De 1 a 30 dias	41	21
Acima de 90 dias	387	481
Total	428	502
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(373)	(464)
Prêmios a receber	55	38

Movimentação das contraprestações pecuniárias a receber:

	2012	2011
Saldo inicial	502	480
Contraprestações líquidas	260.283	207.708
Recebimentos	(260.357)	(207.686)
Saldo final	428	502

Movimentação da provisão para riscos de créditos:

	2012	2011
Saldo inicial	(464)	(329)
(Constituições)	-	(135)
Reversões	91	-
Saldo final	(373)	(464)

6. TÍTULOS E CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2012	2011
Adiantamento de sinistros	3.917	3.387
Adiantamento de comissões (de 1 a 30 dias)	772	945
Adiantamento a fornecedores	188	-
Glosas a recuperar	972	330
Provisão para perdas sobre créditos	(2.120)	(2.101)
Total	3.729	2.561

A seguir apresentamos a composição de adiantamento de sinistros:

	2012	2011
A vencer	1.664	1.610
Vencidos		
1 a 30 Dias	170	45
31 a 60 Dias	48	177
61 a 90 Dias	38	519
91 a 120 Dias	33	406
121 a 365 Dias	198	630
Acima de 365 Dias	1.766	-
Total	3.917	3.387

7. IMOBILIZADO

2012 Descrição	Taxa média anual	Saldo Inicial	Adições	(Baixas)	(Depreciações)	Saldo Final
Máquinas e equipamentos	10%	206	6	-	(31)	181
Veículos (*)	10%	925	-	-	(123)	802
Móveis e utensílios	10%	699	14	(91)	(82)	540
Instalações	10%	161	81	-	(48)	194
Equipamentos de informática (*)	20%	458	183	-	(178)	463
Equipamentos de telefonia	10%	15	15	-	(9)	21
Imóveis	-	8.269	-	-	-	8.269
Outras Imobilizações		224	108	-	(70)	262
Total		10.957	407	(91)	(541)	10.732

2011 Descrição	Taxa média anual	Saldo Inicial	Adições	(Baixas)	(Depreciações)	Saldo Final
Máquinas e equipamentos	10%	63	159	-	(16)	206
Veículos (*)	10%	792	503	(34)	(336)	925
Móveis e utensílios	10%	132	645	-	(78)	699
Instalações	10%	161	43	-	(43)	161
Equipamentos de informática (*)	20%	561	118	-	(221)	458
Equipamentos de telefonia	10%	9	9	-	(3)	15
Imóveis	-	8.269	-	-	-	8.269
Outras Imobilizações		273	56	-	(105)	224
Total		10.260	1.533	(34)	(802)	10.957

(*) Do custo total das contas de veículos e equipamentos de informática, R$ 589, foram adquiridos por meio de arrendamento mercantil. As parcelas em aberto encontram-se registradas na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante no montante de R$ 189 (R$ 359 em 2011).

As taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico interno de avaliação.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Operadora.

8. PRÊMIOS E EMOLUMENTOS RECEBIDOS

A conta "Prêmios e emolumentos recebidos", registra as contraprestações recebidas em antecipação ao período de cobertura de riscos, em contratos firmados na modalidade de "pré-pagamento", sendo esses valores baixados em até 30 dias.

Movimentação da conta de prêmios e emolumentos recebidos:

	2012	2011
Saldo inicial	9.645	6.982
Recebimentos	118.470	95.061
(-) Baixas	(117.625)	(92.398)
Saldo final	10.490	9.645

9. PROVISÕES TÉCNICAS

	2012	2011
Provisão de eventos a liquidar – SUS	82	93
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	8.222	7.755
Saldo Final	8.304	7.848

a. *Movimentação de eventos a liquidar*

	2012	2011
Saldo inicial	7.848	5.626
Eventos indenizáveis	211.990	163.203
Eventos a pagar SUS	82	93
Recuperação de eventos indenizáveis	(11.103)	(6.503)
Eventos pagos	(197.196)	(154.571)
Outros prestadores de serviços médicos	(3.317)	-
Saldo final	8.304	7.848

b. *Tempo de Permanência*

	2012	2011
De 1 a 30 dias	8.033	7.625
Acima de 60 dias	271	223
Total	8.304	7.848

c. *Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA*

Durante o exercício de 2012, a Operadora obteve aprovação da sua nota técnica para a constituição da provisão para eventos ocorridos e não avisados. O valor integral da provisão para eventos ocorridos e não avisados segundo métodos e critérios atuariais, resultou no valor de R$ 14.900 em 31 de dezembro de 2012.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2012, para provisão para eventos ocorridos e não avisados é de R$ 13.236 (R$ 9.919 em 2011), considerando os critérios estabelecidos pela RN 209 de 22/12/2009, a qual indica a constituição de 60/72 em 31 de dezembro de 2012, cujo valor é de R$ 12.416. A Operadora atende os preceitos regulatórios da Agência Nacional de Saúde, mas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil o saldo encontra-se insuficiente.

10. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Operadora é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis que estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2012, a Operadora mantinha uma provisão de R$ 532 (R$ 419 em 2011), correspondentes a processos, cujo risco de perda foi considerado provável.

A movimentação dessas provisões no exercício de 2012, segundo sua natureza, pode ser assim resumida:

	2011	Adições	Baixas	2012
Ações Cíveis	419	119	(6)	532

A Operadora responde a 47 processos de natureza cível, relacionados a não cobertura assistencial com expectativa de perda provável, os quais estão em diversas fases de tramitação.

A Operadora está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais na opinião da Administração e de seus assessores legais, tem expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos.

Na opinião da Administração, não se espera que qualquer um desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Operadora. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes de risco máximo desses processos é de R$ 319 (R$ 258 em 2011).

De acordo com a legislação vigente, as operações das Companhias estão sujeitas a revisões das Autoridades Tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas e os valores identificados ficam sujeitos à multa, juros e atualização monetária.

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os valores apresentados no passivo circulante contemplam:

	2012	2011
a) Provisões		
Imposto de renda (Nota 17)	2.472	1.833
Antecipação de imposto de renda	(1.448)	(2.358)
Contribuição social (Nota 17)	898	669
Antecipação de contribuição social	(497)	(852)
	1.425	(708)
b) Tributos e contribuições a recolher		
PIS e COFINS	420	295
Contribuições previdenciárias	358	340
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	97	83
Outros	444	438
	1.319	1.156
Total	2.744	448

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

	2012 Pagamentos mínimos de arrendamento	2012 Juros	2012 Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	2011 Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento
Menos de um ano	127	(18)	109	359
Total	127	(18)	109	359

13. FORNECEDORES

	2012	2011
Faturas a pagar	22	131
Gastos operacionais a pagar	183	428
Créditos a identificar	530	939
Fundos de reservas administrados	97	554
Total	832	2.052

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. *Capital social*

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 6.000 composto por 6.000.000 quotas sem valor nominal. A composição acionária é a seguinte:

Cotistas	Quotas subscritas e integralizadas	Participação
Roberto Laganá Pinto	1.500.000	25%
Service Care Participações e Negócios S.A.	4.500.000	75%
Total	6.000.000	100%

b. *Reserva de lucros*

As reservas de lucros foram constituídas a partir das destinações dos lucros anuais não distribuídos aos cotistas, podendo ser destinada a aumento de capital, absorção de prejuízos ou distribuição complementar aos cotistas, proposta pela Diretoria e aprovadas pelos cotistas.

c. *Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio propostos*

De acordo com contrato social, os lucros apurados poderão ser utilizados na compensação de prejuízos acumulados, distribuídos aos cotistas, retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros acumulados ou reservas da sociedade ou capitalizados.

Conforme deliberação dos cotistas, formalizada em ata, os lucros podem ser distribuídos de forma antecipada e não proporcional à participação dos cotistas no capital, sendo assegurada a um dos cotistas uma antecipação mínima por conta de lucros do exercício de R$1.236.

O saldo apurado após essa antecipação, é distribuído entre os sócios proporcionalmente a sua participação no capital social.

O valor de juros sobre capital próprio no montante de R$ 345 (R$ 294 líquido de imposto de renda retido na fonte) foi retido em 2012 (R$ 306 em 2011), e transferido para a conta de reserva de capital.

Em 2012, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 1.345 (R$ 2.260 em 2011), aprovados em atas de reunião de cotistas para aprovação das demonstrações financeiras dos respectivos exercícios.

Descrição	2012	2011
Lucro líquido do exercício	5.298	4.771
Juros sobre o capital próprio	345	360
Dividendos sobre o resultados	1.242	2.157
Proposta de distribuição	1.587	2.463
Lucro líquido do exercício	5.298	4.771
(-) Lucros e JCP pagos	(1.638)	(2.566)
(-) Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(52)	(54)
Dividendos propostos sobre o lucro líquido	3.608	2.151
% Dividendos propostos sobre o lucro líquido	68%	45%

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Operadora aprovou a distribuição a seus cotistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), incluindo o valor do dividendo. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio, calculado em 31 de dezembro de 2012 totalizou R$ 293 líquidos de imposto de renda de fonte, foi contabilizado como despesa financeira, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras individuais, os juros sobre o capital próprio foram revertidos da conta de despesas financeiras, tendo como contrapartida a conta de reserva de capital (lucros acumulados).

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	2012	2011
a) Receitas Operacionais Brutas	260.283	207.708
b) Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(3.628)	(2.959)
COFINS	(1.892)	(1.637)
PIS	(506)	(401)
ISS	(1.230)	(921)
c) Despesas comerciais	(22.844)	(18.090)
Comissões (pré-pagamento)	(22.844)	(18.090)
d) Outras receitas e despesas operacionais	1.287	(494)
Premio e reembolsos recebidos (*)	1.036	1.471
Receita de agenciamento	4	29
Receita de sinistros administrados	127	369
Outras receitas operacionais	285	-
Despesas com administração de carteiras	(68)	(86)
Despesas com confecção de livros	(34)	(44)
Despesa com constituição de provisão de perda	(63)	(2.233)

(*) A Operadora recebe mensalmente da Odontoprev S.A., que opera no segmento odontológico, a título de administração da carteira conjugada existente, uma remuneração equivalente a 7% sobre o faturamento mensal líquido de impostos diretos da referida carteira.

	2012	2011
e) Despesas administrativas	(27.174)	(27.568)
Pessoal	(19.509)	(16.564)
Serviços de terceiros	(2.506)	(3.643)
Localização e funcionamento	(3.370)	(2.891)
Publicidade e propaganda	(1.038)	(1.902)
Tributos	(249)	(1.050)
Diversas	(502)	(1.518)
f) Receitas financeiras	3.153	3.799
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	2.772	3.564
Juros de títulos mantidos até o vencimento	263	106
Descontos recebidos	115	61
Outras	3	68
g) Despesas financeiras	(482)	(871)
Despesas com tarifas bancárias	(109)	(24)
Despesas com juros sobre o capital próprio	(345)	(360)
Despesa com juros de financiamento imobiliário	(7)	(453)
Outras despesas	(21)	(34)

16. PARTES RELACIONADAS

A Operadora mantém transações com empresas relacionadas conforme abaixo resumido:

	2012	2011
Service Care Participações e Negócios S.A.		
Pagamento de dividendos	-	787
Contas a receber com partes relacionadas (**)	380	635
Personal System Serviços Médicos Preventivos Ltda.		
Despesas com gestão de eventos indenizáveis (*)	4.524	2.900
Personal System Saúde Ocupacional S.S. Ltda.		
Despesas com gestão eventos indenizáveis (*)	313	305

(*) Refere-se a contrato de prestação de serviços de medicina preventiva e apoio aos beneficiários de planos de saúde, sendo os custos relacionados a essa prestação de serviços, registrados na rubrica eventos indenizáveis.

(**) Foram firmados contratos de mútuos com diretores da operadora referentes a empréstimos concedidos, sendo os valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M- FGV).

A rubrica "Despesas Administrativas" inclui a remuneração paga aos Administradores no montante de R$ 1.330 (R$ 1.403 em 2011) que compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. A Operadora não concede qualquer tipo de benefício pós emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

A empresa Service Care Participações e Negócios S.A., controladora da Care Plus Medicina Assistencial Ltda., mantém como membro de seu conselho deliberativo o Sr. Marcus Vinicius Perello que presta serviços advocatícios para a Operadora. O valor dos honorários pagos no exercício monta a R$ 282 (R$ 233 em 2011).

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	2012	2011
Lucro antes das provisões tributárias e da reversão dos juros sobre o capital próprio	9.708	4.815
(+/-) Adições e/ou exclusões	(70)	155
(+) Reversão dos juros sobre o capital próprio	345	360
(=) Base de cálculo	9.983	5.330
(=) Imposto de renda 15% e 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$ 240 ao ano)	(2.472)	(1.309)
(=) Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%	(898)	(480)

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. *Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência*

Com base no sistema de atualização anual estabelecido na Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, o valor atualizado para o capital-base a ser considerado no cálculo do Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) das operadoras de planos de saúde é de R$ 5.871.

A margem de solvência, foi apurada utilizando o critério de 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma dos eventos indenizáveis líquidos em preço preestabelecido, por ser o maior valor, dentre os dois critérios estabelecidos na referida Resolução.

	2012	2011
Patrimônio mínimo ajustado - PMA	19.923	16.018
0,20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses (A)	51.356	40.178
0,33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses (B)	53.777	44.909
Margem de solvência total (maior entre A e B)	53.777	44.909
Insuficiência de PMA em relação à margem de solvência total	(33.854)	(28.890)
Valor do diferimento da Margem de Solvência em 120 meses (*)	448	374
Quantidade de meses decorridos até 31 de dezembro de 2012	54	42
Margem de solvência requerida em 31 de dezembro (*)	18.822	15.718
Suficiência da margem de solvência requerida em 31 de dezembro	1.101	300

(*) A norma concede, para as operadoras que iniciaram suas operações antes da publicação da referida Resolução, prazo de até 10 anos, contados a partir de janeiro de 2008, para enquadramento do PMA ao valor mínimo requerido, segundo o critério de margem de solvência. Consequentemente, o valor exigido como margem de solvência em 31 de dezembro de 2012, monta a R$ 18.822.

Plano estratégico da Operadora para atendimento integral à margem de solvência

Para fins de atendimento à margem de solvência, a Operadora não deverá distribuir aos sócios o lucro líquido em sua totalidade, retendo o valor necessário ao cumprimento da constituição mínima da margem de solvência dentro das normas estabelecidas pela ANS.

19. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	5.298	4.771
Depreciação e amortização	541	802
Compra de ativo imobilizado não liquidado financeiramente	23	462
Ganhos e perdas não realizados com TVM	-	39
Outros	147	(264)
Lucro líquido ajustado	6.009	5.810
Variações nos ativos e passivos:		
Variação dos títulos e valores mobiliários	(10.662)	3.108
Variação de créditos de operações com planos de assistência à saúde	(530)	(1.834)
Variação dos títulos e créditos a receber	194	(893)
Variação de contas a pagar	822	(3.817)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	108	(540)
Variação de demandas judiciais	113	59
Variação das provisões técnicas	463	2.263
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(3.483)	4.156

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora mantém apólices de seguros de incêndio e responsabilidade civil geral para todas as empresas do Grupo, julgadas em montante suficiente para cobrirem eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros para danos materiais e responsabilidade civil era de R$ 8.000. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. GESTÃO DE RISCOS

Em decorrência de suas atividades, a Operadora assume riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, crédito, liquidez, sensibilidade à taxa de juros, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país.

Dado que a Operadora mantém uma estrutura simplificada e suas operações não são complexas, a gestão de riscos se apóia na competência e experiência técnica e profissional de seus executivos. Não obstante, a Administração vem se empenhando na implementação e formalização de políticas e procedimentos que assegurem a manutenção de práticas modernas de gerenciamento de riscos e governança corporativa.

a. *Risco operacional*

Risco operacional é definido como a possibilidade de eventuais perdas decorrentes de erro, falha, deficiência ou inadequação de processos e procedimentos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Considera também o risco legal ligado à deficiência ou inadequação em contratos firmados pela Entidade, bem como a sanções pelo descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros.

A Administração da Operadora está permanentemente comprometida na obtenção das melhores práticas de mercado, implementando e utilizando metodologias e recursos, notadamente aquelas relacionadas à gestão de riscos, possibilitando a melhoria da gestão e conhecimentos das eventuais perdas e suas causas.

b. *Risco de crédito*

É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Operadora mantém controles permanentes de seus contratos, adotando uma política de negociação de acordo com as práticas de mercado, características e necessidades de seus clientes.

As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, consideradas como sendo de baixo risco de crédito.

c. *Risco de liquidez*

É o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A Operadora acompanha os prazos de liquidação de suas obrigações e liquidez de seus ativos financeiros revisando, permanentemente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, notadamente os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

Ativos financeiros	Liquidez imediata	A vencer em até 1 ano	Total
Disponível	112	-	112
Aplicações financeiras	42.588	-	42.588
Outros créditos a receber	-	4.788	4.788
Total	42.700	4.788	47.488

Passivos financeiros	Sem vencimento	A vencer em até 1 ano	Total
Contas a pagar	-	16.199	16.199
Provisões técnicas	-	13.438	13.438
Depesas de comercialização a pagar	-	251	251
Provisões para demandas judiciais	532	-	532
Eventos a liquidar	-	8.222	8.222
Total	532	38.111	38.642

d. *Risco de mercado*

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem, devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços.

e. *Análise de sensibilidade*

A Operadora mantém seus ativos financeiros em aplicações de fundos de investimentos, minimizando assim o risco de perda por oscilações de Mercado.

Apresentamos abaixo a sensibilidade do CDI em cada um dos cenários:

Instituição financeira	Posição em 31/12/2012	Risco
Unibanco	16.343	Fundo de investimento (CDI)
Santander	5.265	Fundo de investimento (CDI)
HSBC	7.254	Fundo de investimento (CDI)
Paribas	9.166	Fundo de investimento (CDI)
JP Morgan	3.911	Fundo de investimento (CDI)

Cenário provável %	Cenário provável Rendimentos	Cenário 2 %	Cenário 2 Rendimentos	Cenário 3 %	Cenário 3 Rendimentos
8,37%	478	7,50%	429	7,00%	400
8,37%	338	7,50%	303	7,00%	283
8,37%	433	7,50%	389	7,00%	369
8,37%	730	7,50%	655	7,00%	611
8,37%	211	7,50%	190	7,00%	177

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 16 de agosto de 2012, em virtude da alteração da sociedade de "Simples" para "Empresária", a denominação social da Operadora passa a ser "Care Plus Medicina Assistencial Ltda". (anteriormente denominada Care Plus Assistencial S.S. Ltda.

DIRETORIA

ROBERTO LAGANÁ PINTO - Presidente

CONTADOR

ISAO YASUKAWA - CRC SP 1SP100774/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Diretores e Quotistas da
Care Plus Medicina Assistencial Ltda.
Alphaville - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9.c., a Operadora constituí provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) de acordo com a Resolução Normativa RN nº 209/2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a qual faculta a constituição gradual da referida provisão; porém, o saldo da provisão PEONA calculado segundo métodos e critérios atuariais está subavaliada no montante de R$ 1.664 mil. A constituição da provisão por valores inferiores aos calculados seguindo os métodos e critérios atuariais está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como consequência, em 31 de dezembro de 2012 o valor do patrimônio líquido está superavaliado em R$ 1.716 mil e o resultado do exercício está subavaliado em R$1.133, líquidos dos efeitos tributários, respectivamente.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Operadora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre estas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, antes dos ajustes acima mencionados, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 16 de março de 2012, com ressalva, com relação ao mesmo assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva e, insuficiência de provisão para créditos vencidos em cobrança judicial.

São Paulo, 18 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Daniel G. Maranhão Jr.
Contador CRC SP215856/O-5